

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2023 RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### 1. Introdução

O Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo – FUNDES foi instituído pela Lei nº 9.968/2012, alterada pela Lei nº 10.262/2014, com o propósito de recepcionar os recursos do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo – FUNRES, encerrado em 14 de outubro de 2014, por meio da Portaria nº 363 do Ministério da Integração Nacional. Em âmbito Federal, a transferência das competências, direitos e deveres do antigo fundo ao novo FUNDES teve início com a edição da MP nº 628 de 28/11/2013, convertida na Lei nº 12.979/2014.

A atualização do FUNRES, fruto de articulações políticas possibilitou racionalidade econômica e autonomia local para a gestão dos recursos remanescentes, vindo a atender aos interesses do estado do Espírito Santo, que a partir daí pode imprimir nova dinâmica na operacionalidade do Fundo, com a adoção de modelo de gestão facilitador do encaminhamento e da implementação de proposições para solução de pendências e entraves estruturais na carteira de ações e debêntures do Fundo.

### 2. Governança

Compete ao Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo – BANDES a gestão e atuação como banco operador do FUNDES, conforme previsto em lei e determinado no regulamento do fundo disposto no Decreto nº 4.092-R/2017.

Ao BANDES, enquanto banco operador, compete-lhe dentre outros:

- ✓ Prestação dos serviços técnicos necessários à sua operacionalização;
- ✓ Liberação de recursos e cobrança administrativa e judicial dos créditos;
- ✓ Representação extrajudicial e judicial;
- ✓ Manter em arquivo os livros e documentos do fundo, bem como as atas e decisões acerca de seu funcionamento;
- ✓ Elaboração das demonstrações financeiras;
- ✓ Elaboração propostas de diretrizes, orçamento e normas operacionais de aplicação de recursos e de renegociação de débitos do FUNDES, a serem aprovados pelo Conselho de Administração.

Compete ao Conselho de Administração do BANDES:

- ✓ Estabelecer as prioridades e diretrizes para aplicação dos recursos do FUNDES;
- ✓ Acompanhar e avaliar o desempenho do FUNDES;
- ✓ Submeter ao Governo do Estado relatório anual sobre o desempenho do FUNDES;
- ✓ Propor ao Governo do Estado, quando necessárias, modificações na legislação do FUNDES, dentre outras.

### 3. Recursos

As disponibilidades R\$ 44.775 mil são remuneradas conforme art. 4º da Lei nº 10.262/2014, mediante aplicação de taxa idêntica à adotada na caderneta de poupança. No período, a remuneração auferida sobre os recursos disponíveis totalizou R\$ 4.868 mil (R\$ 6.081 mil, em 31 de dezembro de 2022).

A taxa de administração foi calculada de acordo com o art. 8º do Decreto nº 4092-R/2017 que define a remuneração do BANDES, pelo desempenho de suas funções em 2,1% ao ano sobre o patrimônio líquido do Fundo, podendo ser debitado em parcelas mensais, totalizando R\$ 3.655 mil.

### 4. Modalidades de apoio e carteira de projetos

#### 4.1. Carteira de debêntures

Na composição da carteira de debêntures constam 32 empresas, em acompanhamento, com saldo devedor corrigido pelas taxas contratuais (TR ou TJLP) mais juros de 4% a.a. e encargos e mora sobre inadimplemento totalizando R\$ 361.502 milhões (R\$ 251.286 em 31 de dezembro de 2022), totalmente provisionada a sua desvalorização.

#### 4.2. Carteira de ações

A carteira de ações em 31 de dezembro de 2023 é constituída por 58 empresas, somando R\$ 2,5 milhões de ações emitidas e o total contabilizado de R\$ 52.434 mil.

#### 4.3. Financiamentos

No exercício social de 2023, foram aprovadas 19 (dezenove) operações, totalizando R\$ 59.996 mil, conforme detalhado no quadro abaixo:

Linha	Total Aprovado R\$
FUNDES / Giro Seletivo	5.000
FUNDES / Giro taxa variável	450
FUNDES / Energia Solar	510
FUNDES / DesenvolveES	54.036
<b>Total</b>	<b>59.996</b>

Foram liberados R\$ 51.765 mil em 19 (dezenove) operações:

Linha	Total Aprovado R\$
FUNDES / Giro Seletivo	6.260
FUNDES / Giro Taxa variável	450
FUNDES / Energia Solar	218
FUNDES / DesenvolveES	44.037
FUNDES / IFM Taxa variável	800
<b>Total</b>	<b>51.765</b>

#### 4.4. Participações em outros fundos

O Conselho Gestor do FUNDES aprovou em 29/11/2016 a proposição de utilização de R\$ 30 milhões, para investimentos no período 2017-2024 em fundos de investimentos em participações – FIP's.

Os recursos aprovados destinam-se a selecionar e ato contínuo ingressar como cotista de fundos na qual uma empresa gestora identifica o potencial de crescimento de um negócio e adquire um percentual de suas ações. Ou seja, o Fundo prospecta empresas e entra como sócio acionista por um período determinado.

O Fundo, como acionista, traz experiência e boas práticas que apoiam a gestão e a governança da empresa. Assim, com o tempo, a empresa ganha expertise e resultados. Importante frisar que o aporte de capital não é feito em um montante único, seguirá uma evolução de desembolso através de chamadas de capital da gestora, que ocorrem ao longo do período de atuação do FIP.

O Conselho Gestor do FUNDES aprovou, inicialmente, a entrada em 2 (dois) FIP's, o Primatex e o Seed4Science, no valor de R\$ 10,0 milhões e R\$ 5,0 milhões, respectivamente, com exigência de o BANDES participar do comitê de investimentos dos fundos, tendo que ao final do período de investimentos os fundos terem que investir o mesmo montante em empresas localizadas no estado do Espírito Santo.

O Primatex é um fundo de investimento em participações destinado a investir em companhias inovadoras, com alto potencial de crescimento e geração de valor. O fundo nasceu a partir do programa Inova Empresa da FINEP, gerido por Antera Gestão de Recursos S.A. e possui a Brain Ventures Gestão de Negócios S.A. como consultor operacional.

O Seed4science tem como tese empresas nascentes de base tecnológica que tenham foco produtos, processos e serviços de alta tecnologia e/ou significativo teor de inovação na solução de problemas relevantes em grandes mercados. A gestora do fundo é a empresa Fundepar Gestão e Consultoria de Investimentos Ltda, uma gestora de fundos de investimentos especializada no desenvolvimento de negócios inovadores de alto impacto.

Em reunião de 18/12/2019, o Conselho Gestor do FUNDES aprovou aporte de recursos de R\$ 5,0 milhões no Fundo Capital Semente de Coinvestimento Anjo – FIP ANJO, gerido pela Domo Invest Gestor de Ativos Financeiros e Valores Mobiliários Ltda e administrado por BRL Trust Investimentos Ltda, com a ressalva de alteração do regulamento do fundo para constar a obrigação de investir no mínimo esse mesmo valor em empresas sediadas no Espírito Santo.

Em 16 de setembro de 2020 em sua 35ª reunião, o Conselho Gestor aprovou o investimento de R\$ 10 milhões no Fundo TM3 Capital VC4 – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. A entrada efetiva no Fundo ocorreu no segundo semestre de 2021. O Fundo VC4 está em processo de investimentos em empresas de médio porte no setor de tecnologia, para as quais há poucas oportunidades de financiamento no Brasil e também no ES. O BANDES subscreveu R\$ 10,0 milhões no fundo já em andamento, conforme aprovado pelo Conselho gestor do FUNDES.

Em números, considerando a carteira de FIPs Fundes, dos R\$ 30 milhões aprovados, foram repassados pelo BanDES R\$ 21,7 milhões, sendo R\$ 6,5 milhões no ano de 2023. No total foram investidas em 3 empresas no ES por meio do Primatex, totalizando R\$ 12 milhões aprovados e R\$ 7,1 milhões investidos nas empresas Mogai, Olho do Dono e Gama. O Seed4Science, aprovou e investiu R\$ 2 milhões nas empresas capixabas Lume Robotics e Aratu. O Fundo Anjo aprovou e investiu R\$ 1 milhão na empresa Bakery Tech, também do estado e, por fim, a investida no ES do fundo TM3 VC4, foi a Track.co, R\$ 10 milhões.

#### 5. Remuneração do banco operador

A remuneração das disponibilidades foi calculada de acordo com o art. 8º do Decreto 4092-R/2017 que define a remuneração do BANDES, pelo desempenho de suas funções em 2,1% ao ano sobre o patrimônio líquido do Fundo, podendo ser debitado em parcelas mensais, totalizando R\$ 3.655 mil.

#### 6. Resultados

No exercício em análise, o resultado positivo apurado atingiu R\$ 5.098 mil (R\$ 6.984 mil, em 31 de dezembro de 2022). O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023 totaliza R\$ 178.005 mil (R\$ 168.686 mil, em 31 de dezembro de 2022).

#### 7. Legislação pertinente

- Decreto-Lei nº. 880 de 18 de setembro de 1969 - dispõe sobre a instituição do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo - FUNRES e dá outras providências (revogado pela MP nº 628 de 28 de novembro de 2013);
- Medida Provisória nº. 628 de 28/11/2013 – autoriza a União a encerrar o Fundo de Recuperação Econômica do ES - FUNRES (convertida na Lei nº 12.979 de 27 de maio de 2014);
- Lei nº. 12.979 de 27 de maio de 2014 - autoriza a União a encerrar o Fundo

de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo - FUNRES, extingue o Grupo Executivo para a Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo e revoga o Decreto-Lei nº 880 de 18 de setembro de 1969;

- Lei nº 9.968 de 27 de dezembro de 2012 - dispõe sobre a instituição de fundo para receber os recursos a serem transferidos do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo - FUNRES e dá outras providências (revogado pela Lei nº 10.262 de 07 de agosto de 2014);
- Lei nº 10.262 de 07 de agosto de 2014 - dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo - FUNDES, destinado a receber recursos a serem transferidos do FUNRES;
- Decreto nº 3.669-R de 16 de outubro de 2014 - regulamenta o FUNDES, instituído pela Lei 10.262/2014 (revogado pelo Decreto nº 4092-R de 05 de abril de 2017);
- Lei nº 10.496 de 26 de fevereiro de 2016 - altera a redação do art. 10 da Lei nº 10.262/2014 que trata da renegociação de debêntures;

- Resolução nº. 04/2016 de 26 de abril de 2016 - define as condições operacionais para a Renegociação de Debêntures, conversíveis e não conversíveis em ações;
- Resolução nº. 06/2016 de 26 de julho de 2016 - estabelece as regras para Leilões Especiais de Títulos, Oferta Pública e Resgate de Ações do FUNDES;
- Decreto nº. 4092-R de 05 de abril de 2017 - regulamenta o Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo - FUNDES (revoga o Decreto nº 3669-R de 16 de outubro de 2014);
- Lei nº 11.226 de 29 de dezembro de 2020 - extingue o FUNDESUL e transfere seus ativos e passivos ao FUNDES.

Vitória - ES, 21 de março de 2024.

**FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO - FUNDES**  
por seu gestor e operador  
**Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. - BANDES.**

## BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	2023	2022
<b>CIRCULANTE</b>			
DISPONIBILIDADES	4	44.775	73.578
REPASSES INTERFINANCEIROS	5	112.009	77.853
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6	2.130	3.582
Empréstimos		5.925	5.450
Operação Cessão de Crédito		22.050	25.706
(-) Provisão para Operações de Crédito		(25.845)	(27.574)
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	7	25.399	14.893
CRÉDITOS VINCULADOS		394	388
Depósitos Judiciais	8	394	388
OUTROS CRÉDITOS	9	3.023	3.494
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>187.730</b>	<b>173.788</b>

PASSIVO	Nota	2023	2022
<b>CIRCULANTE</b>			
OUTRAS OBRIGAÇÕES	10	1.244	1.244
PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES		8.481	3.858
Provisão de Ações Cíveis	11	8.481	3.858
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12	178.005	168.686
Recursos de Incentivos Fiscais		1.655	1.655
Cotas Emitidas		7.802	7.802
Ajuste de Avaliação Patrimonial		5.773	1.550
Resultados Acumulados		162.775	157.679
Resultados de Exercícios Anteriores		157.677	150.695
Resultado do Exercício		5.098	6.984
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>187.730</b>	<b>173.788</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	2023	2022
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>110.231.358</b>	<b>76.285.477</b>
Remuneração s/ Disponibilidades e Deps. Vinc. à Subscrição	4.868	6.081
Rendas de Operação de Crédito	625	513
Rendas de Títulos de Renda Fixa	110.215.120	76.271.953
Custos Básicos	5.329	4.835
Encargos Financeiros	630	568
Encargos sobre Atraso	110.209.161	76.266.550
Rendas de Títulos de Renda Variável	280	-
Rendas de Operações de Repasse	6.070	3.571
Reversão de Provisões	4.384	3.354
Outras Rendas	11	5
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(110.226.634)</b>	<b>(76.278.930)</b>
Despesas de Provisões	(110.222.398)	(76.274.700)
Títulos de Renda Fixa	(110.215.120)	(76.271.953)
Provisão Desp. com Processos Judiciais	(4.623)	(725)
Provisão para Operação/Cessão de Crédito	(2.655)	(2.022)
Despesas Administrativas	(554)	(713)
Taxa de Administração da Carteira	(3.655)	(3.434)
Outras Despesas	(27)	(83)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>4.724</b>	<b>6.547</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>374</b>	<b>437</b>
Receitas não operacionais	374	437
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>5.098</b>	<b>6.984</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Eventos	Recursos de Incentivos Fiscais	Cotas Emitidas	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Resultados Acumulados	Total
<b>Saldos em 31/12/2022</b>	<b>1.655</b>	<b>7.802</b>	<b>1.550</b>	<b>157.679</b>	<b>168.686</b>
Resultado Cotas SIF	-	-	-	(2)	(2)
Ajuste de Avaliação Patrimonial - FIPs	-	-	4.223	-	4.223
Lucro do Exercício	-	-	-	5.098	5.098
<b>Saldos em 31/12/2023</b>	<b>1.655</b>	<b>7.802</b>	<b>5.773</b>	<b>162.775</b>	<b>178.005</b>
Mutações do Exercício Social 2023	-	-	4.223	5.096	9.319

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	2023	2022
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>LUCRO / PREJUÍZO LÍQUIDO</b>	<b>5.098</b>	<b>6.984</b>
Provisão para Contingências Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	4.623	726
Provisão para Operação/Cessão de Crédito	(1.729)	(1.332)
Ajustes TDV - Cotas Fundos - FIP	82	-
<b>LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO AJUSTADO</b>	<b>8.074</b>	<b>6.378</b>
<b>RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS E INTERDEPENDÊNCIAS</b>	<b>(30.511)</b>	<b>17.253</b>
Repasses Interfinanceiros	(34.156)	14.688
Operações de Crédito	3.180	2.882
Financiamento de Bens Não de Uso - BNU	471	-
Depósitos Judiciais	(6)	(317)
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(22.437)</b>	<b>23.631</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Participação em Fundos de Investimento - FIP	(6.364)	(6.360)
Financiamento Bens Não de Uso - BNU	-	371
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>(6.364)</b>	<b>(5.989)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Resgate de Cotas FUNRES - SIF	(2)	-
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>(2)</b>	<b>-</b>
<b>AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDA, DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(28.803)</b>	<b>17.642</b>
<b>MODIFICAÇÕES EM DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS</b>		
Início do período	73.578	55.936
Fim do período	44.775	73.578
<b>AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDA, DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(28.803)</b>	<b>17.642</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

### 1. Contexto operacional

O Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo - FUNDES foi instituído pela Lei 9.968 de 27 de dezembro de 2012 para recepção dos recursos do FUNRES - Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo, encerrado em 14 de outubro de 2014, por meio da Portaria nº 363 do Ministério da Integração Nacional.

Em 07 de agosto de 2014, o Fundo teve novo ordenamento jurídico, com a edição da Lei 10.262. O patrimônio do FUNDES é operacionalizado e gerido pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. - BANDES.

### 2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com as normas legais e regulamentares estabelecidas para o Fundo, e com práticas contábeis adotadas no Brasil, não sendo requerida a elaboração da demonstração do valor adicionado.

Na preparação destas demonstrações financeiras foi utilizada a base da continuidade operacional, que pressupõe que a entidade manterá suas ações e o cumprimento de suas obrigações de pagamento nos próximos exercícios sociais.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 21 de março de 2024 pela Administração (Fundamento: Art. 7, Incisos XIII e XV do Decreto Regulamentar 4092-R de 05 de abril de 2017).

### 3. Principais práticas contábeis adotadas

#### a. Moeda funcional

A moeda funcional do FUNDES é o Real, mesma moeda de apresentação destas demonstrações financeiras, nas quais os valores expressos estão em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

#### b. Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

#### c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional. Os recursos são utilizados para gerenciamento dos compromissos financeiros assumidos e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

#### d. Repasses interfinanceiros

Repasses interfinanceiros estão demonstrados ao custo acrescido dos rendimentos auferidos e representados por recursos aplicados em operações de

crédito "risco BANDES", na modalidade de financiamento a empresas sediadas no estado do Espírito Santo.

#### e. Operações de crédito

As operações de crédito estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos e estão representadas por recursos aplicados em operações de crédito "risco FUNDES", na modalidade de financiamento a empresas sediadas no estado do Espírito Santo.

#### f. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados, de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustado pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando da efetiva realização;
- Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A capacidade financeira está amparada em projeções de fluxo de caixa.

#### g. Participação em ações

As participações em ações estão registradas pelo custo histórico e reduzidas por provisões para perdas, combinadas com as seguintes prescrições:

- Os dividendos das participações acionárias quando declarados e aprovados em assembleia geral de acionistas são contabilizados na rubrica "Rendas de Títulos de Renda Variável";
- As variações patrimoniais da carteira de ações são contabilizadas nas rubricas "Valorização da Carteira de Ações" (se positivas), e "Desvalorização da Carteira de Ações" (se negativas);
- A provisão para desvalorização da carteira é contabilizada nas contas de resultado do exercício.

#### h. Provisão para desvalorização de títulos de renda variável

A provisão para desvalorização da carteira de ações é realizada com base em

critérios diferenciados de pontuação, considerando-se fatores determinantes do risco de cada empreendimento, porte e performance do setor de atuação, características da estrutura administrativa-organizacional, níveis de operação relativos à capacidade instalada, e também, no critério estabelecido na Portaria nº 118, de 29 de maio de 2001, do Ministério da Integração Nacional, que determina a constituição de provisão no percentual de 100% (cem por cento) do valor contábil das ações, para as empresas que não remeterem as demonstrações contábeis do exercício social até o dia 31 de dezembro do exercício imediatamente posterior.

#### i. Provisão para desvalorização de títulos de renda fixa

A provisão para perdas com debêntures é constituída de acordo com os seguintes critérios: 100% das parcelas vencidas para as debêntures com prazo de inadimplemento a partir de 60 (sessenta) dias, conforme estabelecido na Portaria nº 118, de 29 de maio de 2001, do Ministério da Integração Nacional e 100% (cem por cento) do valor das parcelas vencidas e vincendas para as debêntures em cobrança judicial e daquelas cujos projetos estejam paralisados ou inacabados.

#### j. Provisão para desvalorização de operações de crédito

A provisão para perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado do exercício, considerando o aumento significativo no risco do crédito desde o seu reconhecimento inicial até a data da presente demonstração.

#### k. Passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências passivas é efetuado conforme fundamentação dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

#### 4. Disponibilidades no banco operador

As disponibilidades são remuneradas à taxa idêntica à adotada na caderneta de poupança, conforme art. 4º da Lei 10.262 de 07 de agosto de 2014. No exercício social de 2023, a remuneração auferida sobre os recursos disponíveis totalizou R\$ 4.868 (R\$ 6.081, em 31 de dezembro de 2022).

	2023	2022
<b>Depósitos de Livre Movimentação</b>		
Disponibilidades	34.604	64.197
Disponibilidades – SIF	10.171	9.381
<b>Total</b>	<b>44.775</b>	<b>73.578</b>

#### 5. Repasses interfinanceiros

##### a. Financiamentos

Representam os valores repassados ao agente financeiro Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. – BANDES.

REPASSES INTERFINANCEIROS	Saldo das Operações	
	2023	2022
FUNRES / TURISMO	4	10
FUNRES / MÉDIA EMPRESA COMPETITIVA	-	-
FUNRES / FOMENTO RURAL	405	1.726
FUNDES/IFM	11	13
FUNDES/TURISMO	485	653
FUNDES/ECONOMIA VERDE	1.996	2.512
FUNDES ECONOMIA VERDE - SELIC	1.123	1.603
FUNDES/MICROCREDITO IFM	-	-
FUNDES/ INVESTIMENTO FIXO E MISTO - RISCO "C"	-	-
FUNDES/TURISMO - RISCO "C"	4	33
FUNDES/IFM- TAXA VARIÁVEL	13.001	17.207
FUNDES/ INVESTIMENTO FIXO E MISTO – BÔNUS - TAXA VARIÁVEL	12	12
FUNDES/ECONOMIA SELIC	-	-
FUNDES ECONOMIA CRIATIVA SELIC	-	-
FUNDES TURISMO SELIC	6	22
FUNDES/GIRO - TAXA VARIÁVEL-SELIC	439	-
FUNDES/GIRO - TAXA VARIÁVEL-SELIC-RISCO C	-	-
FUNDES/GIRO SELETIVO	36.656	34.992
FUNDES/INDUSTRIA 4,0	347	490
FUNDES / GIRO EMERGENCIAL	11.777	18.447
FUNDES / ENERGIA SOLAR	354	133
FUNDES / DESENVOLVES	45.389	-
<b>Total</b>	<b>112.009</b>	<b>77.853</b>

As apropriações dos encargos mensais são contabilizadas a crédito de "rendas de operações de repasse".

As provisões/reversões para créditos de difícil liquidação são constituídas com base nas normas contábeis vigentes.

#### 6. Operações de crédito

São constituídas por operações de crédito recepcionadas do FUNDESUL (extinto Lei Estadual nº 11.226 de 29 de dezembro de 2020), operações de renegociações de créditos, e principalmente, pela carteira operações de créditos adquiridas do BANDES, nos termos da Lei estadual nº 10.764/17, e deliberação do Conselho de Gestor do FUNDES, em 06 de setembro de 2017.

	2023	2022
Operações de crédito recepcionadas do FUNDESUL	534	1.115
Operações de renegociação de créditos	5.391	4.335
Operações cessão de créditos	22.050	25.706
<b>Subtotal</b>	<b>27.975</b>	<b>31.156</b>
Provisão constituída	(25.845)	(27.574)
<b>Total</b>	<b>2.130</b>	<b>3.582</b>

As receitas originadas de operações de créditos adquiridas (cessão de crédito), por se tratarem de créditos contingentes, isto é, créditos com qualidade deteriorada, são integralmente provisionadas, e apropriadas ao resultado somente quando do seu efetivo recebimento.

#### 7. Títulos e valores mobiliários

##### a. Debêntures

Títulos classificados como mantidos até o vencimento, tem sua remuneração efetuada com base nos índices contratuais (especificamente a TJLP), acrescidos de juros de 4% ao ano, apropriados mensalmente em base pro-rata-die, a crédito de contas de resultado, sob o título "rendas de títulos de renda fixa". Para as debêntures provenientes de processos de renegociação efetuados com base na Medida Provisória nº 2.199 de 24 de agosto de 2001, e alterações posteriores, a remuneração é de 9,5% (nove vírgula cinco por cento) ao ano. A remuneração é condizente com os encargos financeiros dos fundos constitucionais de financiamento exigidos para empreendimentos de médio porte.

As debêntures conversíveis em ações podem ser convertidas após a emissão do certificado de empreendimento implantado, publicado no Diário Oficial da União e no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo. As debêntures não conversíveis têm prazo médio total de sete anos para pagamento.

Atendendo à Medida Provisória nº 2.199/2001, e alterações posteriores, é utilizada somente a modalidade de subscrição de debêntures conversíveis em ações. A conversão deve efetivar-se integralmente no prazo de um ano a contar da data de emissão do certificado de empreendimento implantado.

A provisão para desvalorização constituída até dezembro de 2023 foi de R\$ 110.215.120 (R\$ 76.271.953 em 2022).

##### b. Ações

Referem-se às participações societárias oriundas da subscrição e integralização de ações e da conversão de debêntures. A avaliação dos títulos é efetuada periodicamente com base nas disposições contidas no art. 7º da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, com redação dada pela Lei nº 9.808, de 20 de julho de 1999, Decreto nº 101, de 17 de abril de 1991, Resolução nº 1.660 de 20 de outubro de 1989, do Banco Central do Brasil e Portaria nº 118 de 29 de maio de 2001, do Ministério da Integração Nacional.

Para efeito de avaliação, as ações são computadas pela cotação média do último dia de negociação, na hipótese de ações cotadas em Bolsa, ou pelo valor patrimonial, com base no balanço da empresa do último exercício social.

Quanto à provisão para desvalorização das ações não houve constituição e nem reversão nos exercícios sociais de 2022 e 2023.

##### c. Investimentos FIP

Os investimentos em FIP - Fundos de Investimento em Participações é efetivado através de aquisição de cotas de capital de fundo de investimento que tem como finalidade a aplicação de recursos em companhia em fase de desenvolvimento.

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	2023	2022
<b>Títulos de Renda Fixa</b>		
<b>Debêntures</b>		
Debêntures Conversíveis em Ações - Normais	2.248.660	2.248.660
Debêntures Conversíveis em Ações - Em Atraso	161.871.090	112.139.216
Debêntures Não Conversíveis em Ações - Em Atraso - Lei 8.167/91	150.433	150.433
Debêntures Não Conversíveis em Ações - Em Atraso - MP 2.199/01	197.231.403	136.748.158
<b>Total Renda Fixa</b>	<b>361.501.586</b>	<b>251.286.467</b>
<b>Títulos de Renda Variável</b>		
<b>Ações</b>	<b>52.435</b>	<b>52.435</b>
<b>Cotas</b>	<b>29.044</b>	<b>18.538</b>
FICART - ICMS	3.645	3.644
Fundos FIPs	20.626	14.262
(+/-) Fundos FIPs - Ajuste a Valor Justo	4.773	632
<b>Total Renda Variável</b>	<b>81.479</b>	<b>70.973</b>
<b>Provisão para desvalorização de títulos</b>		
(-) Títulos de Renda Fixa	(361.501.586)	(251.286.467)
(-) Títulos de Renda Variável	(56.080)	(56.080)
<b>Total Provisionado</b>	<b>(361.557.666)</b>	<b>(251.342.547)</b>
<b>Carteira Líquida</b>	<b>25.399</b>	<b>14.893</b>

### 8. Créditos vinculados

Compreendem os saldos de depósitos judiciais mantidos em instituições bancárias exigidos para o andamento de processos judiciais de natureza cível, R\$ 394 (R\$ 388, em 31 de dezembro de 2022).

### 9. Outros créditos

É composto pelas operações de financiamento de venda de bens recebidos em dação de pagamento, provenientes de recuperação de crédito. Os bens são alienados em leilão, com adiantamento de sinal e financiamento do saldo remanescente, de acordo com as normas vigentes, R\$ 3.023 (R\$ 3.494, em 31 de dezembro de 2022).

### 10. Outras obrigações

Correspondem aos recursos pertencentes às empresas incentivadas, oriundos do pagamento de taxa de análise, a serem devolvidos conforme determinado no Acórdão nº. 2.236/2006 do Tribunal de Contas da União, R\$ 1.244 (R\$ 1.244 em 31 de dezembro de 2022).

### 11. Provisão de ações cíveis

Para cobertura de dispêndios com demandas judiciais, a Administração constituiu provisões em montante suficiente para cobrir perdas estimadas com as ações judiciais em curso, conforme as seguintes classificações: ações com risco provável – provisão constituída no valor atualizado da causa R\$ 8.481 (R\$ 3.858, em 31 de dezembro de 2022); ações com risco possível – não é contabilizada provisão, apenas são mencionados os respectivos montantes em notas explicativas R\$ 509 (R\$ 436, em 31 de dezembro de 2022).

### 12. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido de R\$ 178.005 (R\$ 168.686, em 31 de dezembro de 2022) é constituído dos grupos e subgrupos: recursos de incentivos fiscais, cotistas, ajuste de avaliação patrimonial, resultados acumulados, resultados de exercícios anteriores e resultado do exercício.

### 13. Remuneração do banco operador

A remuneração das disponibilidades é calculada de acordo com o artigo 8º do Decreto 4092-R de 05 de abril de 2017, que define a remuneração do BANDES, pelo desempenho de suas funções em 2,1% (dois inteiros e dez centésimos por cento) ao ano sobre o patrimônio líquido do Fundo, podendo ser debitado em parcelas mensais.

### 13.1. Transações com partes relacionadas

O FUNDES tem o BANDES como parte relacionada por ser seu gestor financeiro e operador/administrador, conforme definido nos artigos 5º e 12º da Lei Estadual 10.262 de 07 de agosto de 2014, que compreende, dentre outras determinações legais, a prestação dos serviços técnicos necessários à sua operacionalização, incluindo a análise de projetos, aprovação de financiamentos e o acompanhamento de sua implantação, liberação de recursos e cobrança administrativa e judicial dos créditos do FUNDES, atuando como seu mandatário.

	Ativos e (Passivos)		Receitas e (Despesas)	
	2023	2022	2023	2022
Disponibilidades no banco operador	44.775	73.578		
SPREAD de operação de crédito			(24)	(83)
Taxa de administração da carteira			(3.655)	(3.434)
Rendas sobre disponibilidades de recursos			4.868	6.081

### 14. Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para emissão. São compostos por eventos que originam ajustes, que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis, e eventos que não originam ajustes, isto é, evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

A administração não identificou eventos ocorridos entre a data final do período de relatório e a data de autorização de emissão destas demonstrações financeiras, que requeresses ajustes ou divulgação.

## FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO - FUNDES

por seu gestor e operador

### Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. – BANDES

#### Diretoria Executiva

Marcelo Barbosa Sainvite – Diretor-Presidente  
 Marcos Kneip Navarro – Diretor de Negócios  
 Sávio Bertochi Caçador – Diretor de Riscos, Administração e Finanças  
 Gabriela Vichi de Almeida – Diretora Operacional

#### Contador Geral

Valdir dos Santos – CRC/ES 13.555/O-3

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2023

Aos  
**Diretores e demais Administradores do**  
**FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO - FUNDES**  
**Instituído pela Lei Estadual nº 10.262/2014 e Operado pelo**  
**Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A - BANDES**  
 Avenida Princesa Isabel nº 54 - Edf. Caparaó 11º andar - Centro - Vitória/ES - CEP.  
 29.010-906  
**CNPJ(MF) nº 22.374.187/0001-26 – Site: www.bandes.com.br**

Prezados(as) Senhores(as),

### 1) Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO - FUNDES** ("Entidade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO - FUNDES ("Entidade") em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis nas circunstâncias a tais Entidades.

### 2) Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### 3) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis tomadas em conjunto com as notas explicativas.

### 4) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto com as notas explicativas, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- ✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- ✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- ✓ Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- ✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança do Banco a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos

controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

## **5. Outros Assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por nossos auditores, cujo Relatório de Auditoria Independente (RAI) foi emitido em 15 de março de 2023, sem modificação de opinião.

Vitória/ES, 08 de março de 2024

### **AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S CRC/PE 000150/O - CNAI/PJ nº 029 - CVM nº 12327**

**Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira**  
Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S" ES  
**Sócio Sênior – CNAI 1552**

**Phillipe de Aquino Pereira**  
Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S" ES  
**CNAI 4747**

**Thomaz de Aquino Pereira**  
Contador - CRC/PE 021100/O-8 "S" ES  
**CNAI 4850**